



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

g27  
M

4ª Câmara Cível

Agravo em Agravo de Instrumento nº 0329189-4

Agravante: Vale Manganês S/A

Agravado: Serplan Serviços e Planejamento LTDA

Des. Relator: Tenório dos Santos

**EMENTA**

RECURSO DE AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DA RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE DEVIAM TER INSTRUÍDO O RECURSO. IRREGULARIDADE ALEGADA E COMPROVADA PELA PARTE INTERESSADA. 1. O parágrafo único do art. 526 do CPC impõe a inadmissibilidade do Agravo de Instrumento nos casos em que o Agravante não junta aos autos cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso. Recurso improvido. Votação unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo nº 0329189-4, em que figura como Agravante **Vale Manganês S/A** e, como Agravado **Serplan Serviços e Planejamento LTDA**, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à **unanimidade de votos, negar provimento ao presente Agravo**, de conformidade com o voto e ata de julgamento.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

---

Agravo nº 0329189-4

Recife, 29 de 5 de 2014.

  
Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Agravo em Agravo de Instrumento nº 0329189-4

Agravante: Vale Manganês S/A

Agravado: Serplan Serviços e Planejamento LTDA

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo interposto por **Vale Manganês S/A**, em face de decisão interlocutória de fl. 881/883-TJ, nos autos do cumprimento de sentença, juízo da 1ª Vara da Capital.

A decisão proferida pela Juíza de piso foi no sentido de rejeitar o pedido de feito à ordem, determinando que se proceda com o cumprimento de sentença.

Não contente com o *decisum*, pugna o agravante que a decisão atacada seja submetida à análise do Órgão Colegiado.

É o Relatório, no essencial.

Recife, 29 de 05 de 14 ..

Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível

Agravo em Agravo de Instrumento nº 0329189-4

Agravante: Vale Manganês S/A

Agravado: Serplan Serviços e Planejamento LTDA

Des. Relator: Tenório dos Santos

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

De acordo com o disposto no art. 526 do CPC: "O agravante, no prazo de 03 (três) dias, requererá juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso".

Por sua vez, o parágrafo único do citado dispositivo, acrescentado ao Estatuto de Ritos pela Lei 10.352/2001, criou uma sanção pelo descumprimento do *caput* do artigo acima mencionado, assim estabelecendo: "**O não cumprimento do disposto neste artigo, desde que argüido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo**".

Consiste em ônus da parte agravante, no prazo de 03 (três) dias contados da interposição do recurso, fazer tal comunicação ao Juízo *a quo*, a fim de que este exerça o Juízo de retratação, bem assim para que haja o imediato conhecimento do recurso pela parte adversa, facilitando-lhe o exercício do direito de defesa.

D'outra banda, para que ocorra a inadmissibilidade do agravo, cabe ao Agravado, na primeira oportunidade de sua manifestação nos autos recursais, argüir e provar a ausência da comunicação ao Juízo *a quo* pelo agravante.



**ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos**

Agravo nº 0329189-4

Ora, a parte Agravada acostou petição (fls. 901/904-TJ), constando que a parte Agravante não havia feito comunicação da interposição do recurso àquele Juízo após o prazo constante do artigo 526 do CPC, conforme certidão de fl. 905-TJ.

Da análise dos autos, observo que o Agravado argüiu e provou o não cumprimento da determinação contida no art. 526 do CPC, fato que, após a edição da Lei 10.352/01, é impeditivo do conhecimento do presente recurso, conforme abalizados entendimentos doutrinário e jurisprudencial.

No âmbito doutrinário prelecionam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery:

"Antes do acréscimo do par. ún. pela L. 10352/01, a lei não obrigava o agravante a comunicar, ao juízo *a quo*, a interposição do agravo. Embora o texto do *caput* da norma sugerisse imperatividade (*requerirá*), era faculdade do agravante requerer a juntada, perante o juízo *a quo*, dos documentos de que fala o texto legal. Como era ônus e não obrigação, caso não pronunciasse a juntada, o agravante teria contra si o fato de que o juízo recorrido não poderia retratar-se, modificando a decisão agravada" (Nota 3 ao art. 526 do Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante 7ª Ed. Ver. Ampl. – São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2003, pág. 909).

Neste diapasão, uma vez que a interposição se consumou após a alteração promovida pela Lei 10.352/01, considero obrigatória a juntada da cópia da petição do agravo de instrumento e



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Agravo nº 0329189-4

do comprovante de sua interposição, bem como dos documentos que instruíram o recurso aos autos originários.

A omissão da Agravante argüida e provada pelo Agravado, importa em inadmissibilidade do agravo (parágrafo único do art. 526 do CPC). Não é mera faculdade da Agravante, entendimento consagrado, também, no Superior Tribunal de Justiça, a exemplo dos julgados que se seguem:

PROCESSO CIVIL. ART. 526 DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DA RELAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE DEVIAM TER INSTRUÍDO O RECURSO. IRREGULARIDADE ALEGADA E COMPROVADA PELA PARTE INTERESSADA. I - O parágrafo único do art. 526 do CPC impõe a inadmissibilidade do Agravo de Instrumento nos casos em que o Agravante não junta aos autos cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso. II - In casu, consoante consta expressamente do Acórdão recorrido, o ora Recorrente, ainda então como Agravado, alegou e provou o descumprimento das formalidades previstas no referido dispositivo. III - Tendo o Agravo de Instrumento sido interposto já sob a égide da Lei nº 10.352/01, que alterou a sistemática de admissibilidade do Agravo de Instrumento, resta configurada a violação ao aludido preceito infraconstitucional (art. 526, parágrafo único, do CPC). IV - Recurso Especial provido. (REsp 714779 / SP RECURSO

ESPECIAL  
2005/0002366-6 - PRIMEIRA TURMA - Data do Julgamento



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Tenório dos Santos**

933  
M

Agravo nº 0329189-4

18/10/2005 - DJ 19/12/2005 p. 246 - Ministro FRANCISCO FALCÃO).

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - INTERPOSIÇÃO APÓS O ADVENTO DA LEI 10.352/01 - CPC, ART. 526 - VIOLAÇÃO CONFIGURADA. A juntada de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que o instruíram é ônus da parte e a sua inobservância consiste em fato impeditivo de seu conhecimento. - Interpretação do art. 526 do CPC, redação posterior à Lei 10.352/01. - Recurso especial conhecido, mas improvido. (Resp795957/RS Recurso Especial 2005/0185025-4 - SEGUNDA TURMA - Data do Julgamento 06/12/2005 - DJ 06/03/2006 p. 367 - Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS).

Nesta mesma linha, veja-se precedente deste

Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE COMUNICAÇÃO OPORTUNA DE SUA INTERPOSIÇÃO AO JUÍZO DE ORIGEM. NEGATIVA SUPERVENIENTE DE SEGUIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 526 DO CPC. INTEGRATIVO PROVIDO. 1. Cabe à parte que interpõe agravo de instrumento dele comunicar ao juízo de origem em três dias, com cópia da petição recursal, do comprovante de sua interposição e com indicação dos documentos instruidores. 2. Inteligência do art. 526 do CPC, sob pena de negativa superveniente de seguimento, como



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

934  
1

Agravo nº 0329189-4

se verifica na espécie. 3. Recurso de agravo unanimemente provido para cassar a terminativa desta relatoria e repriminar a decisão do juízo singular. (RAg. 78113-5/01 – Rel. Des. Ricardo Paes Barreto – 8º C.C. TJPE- DJ 01/03/2007). No mesmo sentido: RAg. 140408-0/02; AgRg nº 156757-5/01; AgRg nº 158819-8/01).

Com tais considerações, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO.**

É como Voto.

Recife 29 de 5º de 2014.

Tenório dos Santos

Desembargador Relator